

"Eu sou viado, sou gay, sou bichinha, eu sou isso mesmo": sujeitos da educação profissional e enfrentamentos à cis heteronormatividade

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti¹

Robelânia dos Santos Gemaque²

Natasha Mendonça Nogueira³

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais podem ser caracterizados como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008), passando a ter a obrigatoriedade de oferecer no mínimo 50% dos seus cursos de Educação Profissional, prioritariamente na modalidade integrada ao Ensino Médio, inclusive para o público de jovens e adultos, conforme disposto no artigo 8º da Lei nº 11.892/08, que cria os Institutos Federais.

A formação profissional na Rede Federal é herdeira histórica da cultura “dos coronéis e bacharéis”, de forte estigma escravocrata e de uma perspectiva filantrópica (MOURA, 2007). O Ensino Médio Integrado (Decreto nº 5.154/2004), enquanto modalidade curricular da Educação Profissional, carrega na sua concepção o desafio de superar a dualidade estrutural, ou seja, superar a prática de caminhos formativos diferentes segundo a classe social, desfazer a distância entre a “escola do dizer” e “a escola do fazer” (NOSELLA, 1995) - herdada desta antiga concepção de educação (FRIGOTTO, CIAVATTA; RAMOS, 2011). Atualmente, na perspectiva da autonomia e emancipação humana, o Ensino Médio Integrado ofertado nos

¹Doutora em História. Docente Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT-IFPA e docente colaboradora do Programa de Educação Profissional -PPGEP -IFRN. Pesquisadora do Observatório da Diversidade do IFRN. | ²Mestre em Educação Profissional e Tecnológica-PROFEPT-IFPA. Docente de sociologia da Rede Estadual de Educação do Pará. | ³Licenciada em Pedagogia-Campus Belém-IFPA e pesquisadora do Observatório da Diversidade do IFRN.

Institutos Federais fundamenta-se teórico e metodologicamente em uma concepção de formação omnilateral, politécnica ou integral, cuja gênese está na obra de Marx e Engels, bem como na escola unitária de Gramsci (MOURA, 2013). A escola unitária elementar e média deve educar de forma conjunta para as atividades intelectuais e manuais e propiciar uma orientação múltipla em relação às futuras atividades profissionais, sem predeterminar escolhas (MANACORDA,1990).

Assim, afirmamos que não é possível uma educação politécnica em uma escola unitária sem discutir diversidades de gênero, sexualidade e orientação sexual. Defendemos que, na perspectiva de contribuir para a superação das dualidades estruturais, fundada em uma condição de classe, é necessário articular outras dimensões da vida dos estudantes do Ensino Médio Integrado às categorias de gênero, orientação sexual, raça como importantes componentes para pensar a formação humana integral (NETO; CAVALCANTI; GLEYSE, 2018; GEMAQUE, 2020; NETO; RODRIGUES; CAVALCANTI; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2020).

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CENÁRIOS EPISTEMOLÓGICOS

Em termos de contribuição para a consolidada base teórica da educação profissional,

apontamos que as investigações sobre as categorias gênero e sexualidade constituem-se em novo eixo de pesquisa no domínio da Base Teórica da Educação Profissional, em uma perspectiva que torna mais amplo e complexo o conceito de formação humana integral. Neste sentido, algumas pesquisas desenvolvidas por egressas do Instituto Federal do Pará já apresentam dados que fortalecem o campo epistemológico dos estudos de gênero e sexualidade na EPT, bem como podem subsidiar tanto práticas educativas quanto políticas educacionais nos IFs (NOGUEIRA, CAVALCANTI, FERREIRA,2021; GEMAQUE,2020; SILVA,2020).

A ação política do movimento feminista, com sua crítica ao sexismo e às desigualdades nas relações de gênero, e o movimento LGBT, contra a heterossexualização da sociedade (PERUCHI, 2009) produz, a partir dos anos 1980, a ampliação do debate sobre gênero e sexualidade na sociedade e o aumento dos estudos nesses campos epistemológicos. Apesar dessa ampliação, permanece o tabu no debate sobre as temáticas em sala de aula e a reprodução de silenciamentos e invisibilidades.

Lima Neto, Cavalcanti e Gleyse (2018) discutem essa lacuna na Educação Profissional. Utilizando as palavras-chave “educação profissional e gênero”; “educação profissional e sexualidade”; “gênero”; “sexualidade”; no domínio da educação profissional e tecnológica, os autores acima identificaram e

analisaram 324 publicações entre dissertações de mestrado e artigos acadêmicos e científicos. Dentre estes, apenas 9 trabalhos enveredaram pelo tema gênero. Para os autores, esta inexpressividade numérica das pesquisas que articulam trabalho e gênero impressiona e torna-se mais significativa ao considerar que no recorte entre 2008 e 2017 nenhum trabalho sequer aludiu à sexualidade ou à orientação sexual, reforçando ainda mais a existência da lacuna por eles apontada.

A partir da consulta realizada no catálogo de dissertações e teses da plataforma CAPES, no domínio epistêmico da Educação Profissional e Tecnológica – EPT, no ano de 2019, corrobora-se com as inferências de Lima Neto, Cavalcanti e Gleyse (2018). Utilizando a combinação das palavras-chave: “gênero e educação profissional e tecnológica”, “sexualidade e educação profissional e tecnológica”, e os filtros: “tipo de mestrado” e “área de concentração”, obteve-se um total de 8.198 dissertações, de acordo com a classificação da plataforma CAPES. Deste quantitativo, 208 dissertações são classificadas como mestrado profissional na área de concentração em Educação Profissional e Tecnológica – EPT, destas, apenas 6 (seis) trabalhos discorrem sobre o tema gênero e educação profissional ou sexualidade e educação profissional (GEMAQUE, 2020). Então, onde estavam as mulheres, os sujeitos LGBTI+, as pessoas com

deficiência, os negros e as negras e outros sujeitos considerados “minorias” ou “dissidentes” na trajetória das instituições de Educação Profissional e Tecnológica e nas produções acadêmicas sobre EPT? Que lembranças e esquecimentos são postos em disputas quando esses sujeitos são ouvidos? Que tensões emergem?

Portanto, uma invisibilidade epistemológica que caminha lado a lado com as persistentes tentativas de silenciamento de existências que rompem com as normas e expectativas, reforçando um cenário de perversas práticas heteronormativas.

Petry e Meyer (2011) caracterizam a heteronormatividade como reguladora e normatizadora dos modos de ser e viver os desejos corporais e a sexualidade em uma perspectiva biologicista e determinista, que compreende apenas dois lugares para as pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho. Destacamos que, de forma muitas vezes sutil, a escola atua no sentido de gerar sujeitos femininos e masculinos considerados “normais” na nossa sociedade, ou seja, heterossexuais, discriminando aqueles e aquelas que de alguma maneira apartam-se dessa “norma”. A normatividade heterossexual determina uma clara limitação de direitos às pessoas estigmatizadas por terem performances de gênero e/ou sexualidade fora do esperado para o seu sexo de nascimento. Essas pessoas sofrem um cerceamento de direitos no

⁴ Instituto Federal de Sergipe (IFS) – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul Rio Grandense (Campus Venâncio Aires) – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – 01 dissertação; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Campus Porto Alegre) – 01 dissertação.

qual a escola deixa de cumprir a sua própria função social e limita o acesso às estigmatizadas e aos estigmatizados a outros espaços. Na sociedade em que vivemos, a escolarização tornou-se praticamente obrigatória para o acesso ao trabalho e a uma renda digna, portanto, aqueles e aquelas que são privados da escolarização, muitas vezes de forma velada, mas também de forma explícita, por meio da escola, acabam condenados a posteriores exclusões (SILVA, 2018; CAVALCANTI, 2018).

GÊNERO E SEXUALIDADE: CENÁRIOS SUBJETIVOS

A escuta atenta das narrativas produzidas sobre Gênero e Sexualidade, no cotidiano das instituições de EP, demonstra o quanto o padrão heteronormativo, caracterizado pelo binarismo, centrado em um modelo único de família e com foco na reprodução humana, está cristalizado no imaginário coletivo da sociedade. As instituições de ensino são espaços onde o “currículo em ação” (JUNQUEIRA, 2013) faz, rotineiramente, circular preconceitos que colocam em movimento discriminações e outras formas de gestão das fronteiras da normalidade. É dessa forma que sexualidade e orientação sexual entram na pauta das conversas entre professoras/es quando as/os estudantes não atendem às expectativas sociais em relação à heterossexualidade. O processo discursivo sobre corpo, gênero

e sexualidade se entrelaça, assim, aos aspectos morais, religiosos e fundamentalistas de uma sociedade que ainda apresenta resquícios do patriarcalismo, machismo e heteronormatividade. Além disso, o contexto escolar contemporâneo ainda nos apresenta práticas de violência como a homofobia, lesbofobia, transfobia que assolam os(as) estudantes Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, etc (LBGTI+) que lutam cotidianamente pela sua visibilidade na sociedade, porém nem todos ou todas conseguem o seu espaço, sua cidadania e emancipação e acabam fazendo parte de mais uma estatística de depressão, isolamento, suicídio, evasão escolar, dentre outros. Esses aspectos supracitados mobilizam várias reflexões em relação às vivências, experiências, dores, medos, conquistas, momentos saudosos ou que precisam ser esquecidos por estes(as) alunos(as) quando buscam em suas memórias e relatam os episódios marcantes que envolveram ou que envolvem seus corpos, gêneros e sexualidades no contexto educacional.

Conhecer e compreender as percepções destes(as) educandos(as) sobre o espaço escolar através de suas narrativas pode ser uma relevante estratégia para analisar e avaliar os processos educacionais e as relações interpessoais identificando as necessidades, como também, propondo intervenções para solucionar os problemas, e assim, promover um espaço de voz e

visibilidade de estudantes LGBTI+ no contexto educacional.

ROMPENDO O SILÊNCIO

Em 2019, no âmbito da disciplina Cultura e Ética Profissional, alguns estudantes da Licenciatura em Geografia do Campus Belém do IFPA, produziram curtas metragem tematizando corpo, gênero e sexualidade no contexto daquela instituição de ensino⁵. Para contribuir com as discussões apresentadas no artigo em tela, realizamos as transcrições dos relatos apresentados em Histórias silenciadas: um debate sobre o território da transexualidade no IFPA – Campus Belém⁶ e Sexualidade e Estigmatização⁷. Ambos destacaram as seguintes pautas de discussão pelos estudantes do Ensino Médio Integrado: o papel da escola no acolhimento, na promoção de conhecimento científico e espaços de lazer e respeito para os seus alunos; a inexistência de uma estrutura ou espaço para debater sobre as temáticas da transexualidade ou comunidade LGBTI+; a ausência de uma equipe de profissionais que possam orientar e informar sobre os direitos e também acompanhar e atender as necessidades desse público alvo e a luta pelo respeito de frequentar os diversos espaços do IFPA -Campus Belém, dentre eles o banheiro feminino. Essas informações se encontram presentes nos depoimentos de alguns estudantes, nos vídeos produzidos por licenciandos e licenciandas:

“Eu acredito que o dever da escola é acolher, promover conhecimento científico e espaços de lazer e respeito para os seus alunos, mas e quando esta não consegue nem respeitar o nome social dos alunos transexuais em IFPA – Campus Belém? Segundo a resolução de 2015 ela assegura em lei o respeito à dignidade dos alunos transexuais no ambiente escolar, mas será que isto é respeitado?” (Roberto In: RIBEIRO, C. et al., 2019).

“Eu vejo que a gente tem pouca fala sobre o que é ser trans, sobre o transgênero, digamos assim sobre a comunidade LGBT em si, entende?! Mas como o trabalho de vocês é relacionado à Trans a gente não consegue ver funcionários trabalhando, a gente não consegue ver um lugar que a gente possa ser acolhido, eu não consigo ver uma estrutura para receber pessoas, porque a gente sabe que pode trocar o nome dentro da instituição, mas eles não têm um meio de adiantar esse processo de colocar isso a frente, eles não te dão uma informação necessária sobre isso” (Felipe In: RIBEIRO, C. et al., 2019).

“O campus Belém mesmo fazendo parte de uma rede de institutos federais que promove educação, ciência e tecnologia parece avançar pouco no trato para a diversidade, o reflexo disso é pouco espaço e vozes silenciadas de pessoas trans, por exemplo, que buscam um espaço maior de acolhimento, mesmo no momento que entram no Campus até o momento que decidem assumir carreira de pesquisa científica. O que deve ser praticado é a cidadania de forma a conhecer e respeitar as diferenças. O Instituto deve promover ações que visem reforçar essas ideias levando essas discussões e essas informações para toda a comunidade” (Thiago In: RIBEIRO, C. et al., 2019).

O relato de Roberto faz alusão à Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015 do Conselho Nacional de Combate à discriminação e promoções dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais – CNCD/LGBT que assegura o respeito à dignidade dos alunos e alunas transexuais no ambiente escolar. Seu posicionamento questiona qual é o papel da escola ao lidar com estudantes transexuais. Já Felipe, demonstra saber da existência

⁵ Os vídeos analisados para o artigo, além de outros com temáticas variadas, estão disponíveis na plataforma Youtube no Canal Curta Humanas IFPA Campus Belém. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCxPoewggQjzrfXVr-fMSw>. Acesso em 10/04/2021. ⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gkvUJrROCE>. Acesso em 11/04/2021. ⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5polh6GUQbM>. Acesso em 11/04/2021. ⁸ Os nomes são fictícios por escolha das pesquisadoras, embora não haja anonimidade nos vídeos e os sujeitos possam ter seu posicionamento identificado.

da Resolução nº 363/2017 do CONSUP/IFPA que assegura o uso do nome social dentro da instituição. Contudo, ambos assinalam a inexpressiva contribuição da política em suas experiências escolares. Percebemos diferentes discussões acerca deste cenário. Se de um lado a referida Resolução nº 12 assegura o seguinte artigo:

Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

Por outro lado, Peres (2009) apresenta outra visão explanando que instituições educacionais que deveriam ser lugar de inclusão e respeito à diversidade sexual, mostram-se como escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal, orientada pelo poder centrado na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres. Por isso, torna-se necessário a responsabilidade e o compromisso da Instituição de ensino em garantir o suporte educacional, o acolhimento e apoio aos educandos(as) trans ao invés de realizar julgamentos, exclusões, estigmatizações e privar este público-alvo dos seus direitos previstos em lei. A pesquisa “O enfrentamento da transfobia no IFPA- Campus Belém: Percepções sobre a resolução 363/2017” (SILVA, 2020) indica um significativo desconhecimento por parte do corpo técnico e docentes sobre o direito ao uso do nome social, o que corrobora os

depoimentos dos estudantes acima. A partir da pesquisa de campo realizada foi possível constatar que a comunidade do Campus Belém pouco conhece sobre as resoluções que dizem respeito aos direitos das pessoas trans. Muitas nunca ouviram falar. Apesar de alguns já terem presenciado algum ato transfóbico, nem todos consideram que sejam importantes medidas de enfrentamento à transfobia e outros disseram que não tem nenhum conhecimento da presença desses sujeitos no Campus (SILVA, 2020). Podemos perceber que a Resolução 363/2017 não é suficiente para combater a transfobia e que são necessárias outras medidas que aconteçam de forma constante como palestras, debates, seminários, e que esses temas possam estar dentro das disciplinas trabalhadas pelos professores na sala de aula, reforçando nossa defesa de uma formação humana integral que considere as sexualidades, as identidades de gênero etc. Nas narrativas do curta **Sexualidade e Estigmatização**, estudantes relataram que assumiram suas sexualidades para amigos e parentes mais próximos logo após ingressarem no IFPA. Porém, conforme seus relatos, o IFPA não deixava de ser um espaço que limitava a exposição dessa sexualidade, pois não só envolvia a convivência entre os(as) alunos(as), mas também era levado em consideração a vivência com os profissionais que atuavam na instituição. Além disso, relataram memórias sobre os episódios em que foram vítimas de

homofobia, preconceitos, estigmatizações e constrangimentos na sala de aula, por conta de serem gays, lésbicas, bissexuais, trans e os questionamentos quanto aos seus vestuários, comportamentos e relacionamentos.

Esses dados se encontram presentes nos relatos a seguir⁹:

“Eu me assumi bissexual a partir do momento que eu ingressei no Instituto Federal, me assumi para os meus amigos meu ciclo social mais chegado mais próximo, mas na Instituição como um todo é mais difícil de vivenciar quem eu sou realmente, de expor isso, de expressar quem eu sou em relação a minha sexualidade, porque a instituição não é só o ciclo de amizade, a instituição é a vivência com os professores, é vivência com os servidores então não é fácil você assumir e ser quem você é em relação a sua sexualidade numa instituição como essa. Então, casos de homofobia explícitos, eu não consigo me lembrar agora, mas casos velados existem na sala de aula quando os professores jogam indiretas tipo você tem que se comportar como homem” (Catarina In: ARAÚJO, L.,2019).

“Eu tenho um longo processo da minha bissexualidade, eu me aceitei como bissexual no ano de 2016 e para a sociedade e meu ciclo de pessoas que eu confio, alguns amigos e parentes eu me assumi assim quando eu vim estudar no Instituto que foi quando eu me senti mais acolhida pela turma que eu vi que tinha mais a diversidade ali e não um padrão de pessoas e eu como mulher não sou branca e assim já sofri preconceito por ser bissexual, mas assim é um processo de resistência, nós como LGBT'S na sociedade somos resistência e temos que lutar pelo nosso local de fala, nosso direito de ir e vir” (Sara In: ARAÚJO, L.,2019).

“Eu já sofri muito preconceito, fui julgado, fui agredido verbalmente e já fui agredido fisicamente, não é uma coisa que passa, eu tenho medo de sair, mas também eu tenho muita coragem de não abaixar a minha cabeça porque da primeira vez que eu fui agredido isso me doeu muito tu fica com aquilo pra sempre. Na maioria das escolas que eu estudei até hoje de alguma forma eu sofri preconceito por parte de outros garotos, eu sempre sofri muito por isso, mas quando eu comecei a me entender, a me aceitar eu decidi que ninguém mais iria fazer isso comigo.” (Felipe In: ARAÚJO, L. et al.,2019).

“Eu já sofri preconceito por uma colega de turma e foi muito assustador, porque foi a primeira vez que eu sofri, foi algo que me deixou muito mal porque a gente nunca espera! Já ouvi amigos que já sofreram, já ouvir piadinhas dizendo ‘a só é bissexual agora depois vai virar lésbica’, ‘tu tem que ter a vestimenta, o corte do cabelo curto’, então tudo isso são estigmas que nos impõe para a sociedade LGBT” (Samanta In: ARAÚJO, L. et al, 2019).

“Acho que a gente enquanto gay, enquanto mulher e enquanto negro a gente tem os nossos corpos e devemos ter todo o direito em relação a eles. Sobre homofobia eu me imponho bastante, eu sou viado, sou gay, sou bichinha eu sou isso mesmo e é muito bom ressignificar esses termos que antes eram tidos como preconceituosos como algo empoderador, pois dizer que tu é viado pra mim é excelente, eu não me importo eu sou viado mesmo, e daí qual é o problema?” (Jorge In: ARAÚJO, L. et. al, 2019).

É fundamental destacar que neste curta se encontram duas percepções claras nas narrativas quanto à sexualidade, gênero e corpo. De um lado, está a homofobia, o preconceito, o julgamento, a agressão verbal e física, o medo, a dor, o sofrimento e a insegurança; porém, de outro está a resistência, a luta pelo espaço de fala e o direito de ir e vir, a compreensão e aceitação da sexualidade, o poder de decisão, a ressignificação, o empoderamento, a desconstrução e a convocação da diversidade seja ela racial, de gênero e sexualidade para lutar pela liberdade de expressão, respeito e visibilidade na sociedade, em especial no contexto educacional.

Essa mobilização de luta e resistência da juventude LGBTI+ se encontra em estudos que remetem ao contexto da diversidade sexual na EPT (NETO; CAVALCANTI; GLEYSE, 2018; NETO; RODRIGUES; CAVALCANTI; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, 2020), particularmente,

⁹ Os nomes são fictícios por escolha das pesquisadoras, embora não haja anonimidade nos vídeos e os sujeitos possam ter seu posicionamento identificado.

o estudo sobre o Festival Bixa (R) Existe: protagonismo juvenil, políticas do corpo e sexualidades no contexto da EPT (Cavalcanti, 2018) apontando o movimento organizado por estudantes do Campus Belém do IFPA. Segundo a pesquisa, esta juventude reivindica a visibilidade e respeito seja dentro da sala de aula ou nos outros espaços do Campus. No mesmo contexto, as pautas identitárias somaram-se ao enfrentamento dos desafios da profissionalização deste público, lembrando ao Instituto Federal a sua missão na formação humana integral, inerente à EPT.

Portanto, a partir das narrativas de estudantes não cis heteronormativos que frequentam o Campus Belém do IFPA, identificou-se que as questões de corpo, gênero e sexualidade não são apenas pessoais, mas sim sociais, políticas e educacionais. Assim, evidenciamos uma juventude LGBTI+ que mesmo presenciando e vivenciando um cenário de múltiplas violências se encontra na posição de resistência e luta, participando como sujeitos ativos na construção cotidiana das instituições de Educação Profissional em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. et. al. Sexualidade e Estigmatização. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/5polh6GUQbM> Acesso em: 11/04/2021.
- Brasil. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em 10/04/2021.
- _____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm Acesso em: 10/04/2021.
- CAVALCANTI, N. C. S. B. Festival Bixa (R) Existe. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 12, n. 19, 24 dez. 2018.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Revista Trabalho Necessário, Niterói, v. 3, n. 3, p. 1-20, out. 2005. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1879/Anais%20II%20Jornada%20%281%29.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 11/04/2021.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- GEMAQUE, Robelânia.; CAVALCANTI, Natália. Gênero e Sexualidade no Ensino Médio Integrado. Produto Educacional. Belém: IFPA: PROFEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586370> . Acessado em: 11/04/2021.
- GEMAQUE, Robelânia dos Santos. “Professora, o que que eu sou?”: gênero, sexualidade e trabalho no ensino médio integrado. Belém: PROFEPT-IFPA, 2020.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA. Resolução N° 363/2017-CONSUP DE 01 DE SETEMBRO DE 2017. Estabelece normas e procedimentos sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Disponível em: <http://proen.ifpa.edu.br/documentos-1/departamento-de-ensino-superior/3-politicas-e-normativas-institucionais/diversos-1/1834-resolucao-n-363-2017-consup-ifpa-nome-social/file>. Acessado em 11/04/2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, DF, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320/490>. Acesso em: 19 out. 2019.

MANACORDA, M.A. O princípio educativo em Gramsci. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos*, Ano 23, Vol. 2 – 2007. p.04-30.

_____. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013.

NETO, A. A. DE L.; CAVALCANTI, N. C. S. B.; GLEYSE, J. (In)visibilidades epistemológicas: corpo, gênero e sexualidade na produção do conhecimento em Educação Profissional. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 12, n. 19, 24 dez. 2018.

NETO, A.; RODRIGUES, M.; CAVALCANTI, N.; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, R. Anais da II Jornada Norte-Nordeste de gênero e sexualidade na Educação Profissional & II Colóquio Marielle Franco de Direitos Humanos e Diversidade. Natal: IFRN, 2020.

NOGUEIRA, Natasha.; CAVALCANTI, Natália.; FERREIRA, Kirla. Pratiques Enseignantes et Diversité Sexuelle dans le cadre de l'Éducation Professionnelle et Technologique à l'IFPA -Campus de Belém. In: CAVALCANTE, I.; GLEYSE, J.; NETO, A.; THOMAS, J. (Org.) *Sexe, Sexualité et Genre dans l'enseignement professionnel au Brésil et en France: etudes exploratoires*. Paris: Editions L'Harmattan, 2021.

NOSELLA, P. Prefácio. In: MANACORDA, M. (Org.) *História da educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1995.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/UNESCO, 2009. p. 235-263. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/imagens/pdf/bib_volum_e32_diversidade_sexual_na_educacao_problematizacao_es_sobre_a_homofobia_nas_escolas.pdf Acesso em: 11/04/2021.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias Queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. In: Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Maceió: ABRAPSO, 2009. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/dos-estudos-de-g%C3%AAnero-%C3%A0s-teorias-queer.pdf> Acesso em: 11/04/2021.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias Queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. In: Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social. Maceió: ABRAPSO, 2009. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/dos-estudos-de-g%C3%AAnero-%C3%A0s-teorias-queer.pdf> Acesso em: 11/04/2021.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan./jul. 2011, p. 193-198.

RIBEIRO, C. et. al. Histórias silenciadas: um debate sobre o território da transexualidade no IFPA Campus Belém. Youtube. Disponível em: <https://youtu.be/gkvUJrROCE> Acesso: 11/04/2021.

SILVA, J. M. P. O Enfrentamento da Transfobia no IFPA - CAMPUS BELÉM: Percepções sobre a Resolução 363/2017. TCC. Especialização em Saberes e Linguagens da Amazônia. Belém: IFPA, 2020.

Silva, J. R. S. Heteronormatividade e estigmatização na cultura escolar do Amapá. 1988-2018 (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.